Revista Espaço do Currículo
ISSN 1983-1579
Doi: 10.15687/rec
http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php

10.15687/rec.v19i3.79869
ARTIGO

EXPERIÊNCIAS DOCENTES DE PROFESSORAS DE SOCIOLOGIA: OS EFEITOS DA ONDA CONSERVADORA

TEACHING EXPERIENCES OF SOCIOLOGY TEACHERS: THE EFFECTS OF THE CONSERVATIVE WAVE

EXPERIENCIAS DOCENTES DE LAS PROFESORAS DE SOCIOLOGÍA: LOS EFECTOS DE LA OLA CONSERVADORA

Jaqueline Garske Ferreira[1] 0000-0003-2534-5542
Guilherme Gomes Ferreira[2] 0000-0002-4036-1615

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; jaque122@gmail.com
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; guilhermeferreira@ufrgs.br

RESUMO:

Este trabalho, fruto de investigação de mestrado, tem como objetivo analisar como a docência feminina na Sociologia vem sendo exercida em um contexto de onda conservadora. Para isso, foram entrevistadas cinco professoras de Sociologia que residem em Porto Alegre ou região metropolitana. As entrevistas foram analisadas por meio das técnicas de análise temática (Braun; Clarke, 2006), que sintetiza os dados gerando padrões (temas), e da análise relacional (Apple, 1999; Gandin, 2011), que entende a educação na relação com diversas outras instituições e dinâmicas sociais. Os temas discutidos aqui, gerados a partir do tratamento dos dados, são a "precarização do trabalho docente" e a "generificação na relação com temas transversais", que permeiam a experiência docente dessas professoras. Conclui-se que os temas abordados pela Sociologia, sobretudo aqueles considerados "sensíveis" pelas interlocutoras (como gênero, raça, sexualidade, religião e política), são abordados com cautela em sala de aula. Além disso, as professoras estão em constante clima de insegurança, seja por medo de represálias de familiares e estudantes pelos assuntos abordados pela Sociologia e pelo lugar de contestação que essa disciplina ocupa, seja pela precarização do trabalho docente, imposto especialmente pelas mudanças do Novo Ensino Médio e pela prática de contratos temporários.

Palavras-chave: gênero; conservadorismo; docência; neoliberalismo.

ABSTRACT:

This study, the result of master's research, aims to analyze how female Sociology teachers practice their profession amidst a conservative wave. To this end, five Sociology teachers residing in Porto Alegre or its metropolitan area were interviewed. The interviews were analyzed using thematic analysis techniques (Braun; Clarke, 2006), which synthesize data to generate patterns (themes) and relational analysis (Apple, 1999; Gandin, 2011), which views education in relation to various other institutions and social dynamics. The themes discussed here, derived from the data analysis, are the "precarization of teaching work" and the "gendering of the approach to cross-cutting themes," both of which permeate these teachers' professional experiences. The study concludes that the topics addressed in Sociology, particularly those the participants consider "sensitive" (such as gender, race, sexuality, religion, and politics), are handled with caution in the classroom. Furthermore, the teachers operate in a

RECEBIDO: 30/07/2026 **APROVADO**: 23/09/2026 **PUBLICADO**: 23/10/2026

climate of constant insecurity, stemming from either the fear of reprisals by families and students regarding the subjects covered and the discipline's role in challenging the status quo, or the precarization of teaching work, driven especially by changes associated with the "New High School" model and the prevalence of temporary contracts.

Keywords: gender; conservatism; teaching; neoliberalism.

RESUMEN:

Este estudio, resultado de una investigación de maestría, tiene como objetivo analizar cómo ejercen su profesión las docentes de Sociología en medio de una ola conservadora. Para ello, se entrevistó a cinco profesoras de Sociología residentes en Porto Alegre o su área metropolitana. Las entrevistas se analizaron mediante técnicas de análisis temático (Braun; Clarke, 2006), que sintetizan datos para generar patrones (temas), y de análisis relacional (Apple, 1999; Gandin, 2011), que contempla la educación en relación con otras instituciones y dinámicas sociales. Los temas aquí abordados, derivados del análisis de los datos, son la "precarización de la labor docente" y la "perspectiva de género en el abordaje de temas transversales", aspectos que atraviesan las experiencias profesionales de estas docentes. El estudio concluye que los temas tratados en Sociología, particularmente aquellos que las participantes consideran "sensibles" (como el género, la raza, la sexualidad, la religión y la política), se abordan con cautela en el aula. Asimismo, las docentes desarrollan su labor en un clima de inseguridad constante, derivado tanto del temor a represalias por parte de familias y estudiantes ante los contenidos impartidos y el papel de la disciplina en el cuestionamiento del statu quo como de la precarización del trabajo docente, impulsada especialmente por los cambios asociados al modelo de la "Nueva Enseñanza Media" y la prevalencia de contratos temporales.

Palabras clave: género; conservadurismo; docencia; neoliberalismo.

Introdução

Diversos autores e autoras (Lima; Dalmaso-Junqueira; Golbspan, 2022; Miguel, 2016; Piaia, 2019) apontam para a existência de uma onda conservadora no Brasil que afeta profundamente a educação. Essa onda se exemplifica, entre outras práticas e processos sociais, na eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país em 2018; no aparecimento de diversos deputados e senadores publicamente conservadores e evangélicos eleitos nas últimas eleições; nos ataques ao ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira; na perseguição aos docentes, como, por exemplo, por meio de gravações em sala de aula que circulam nas redes sociais; e na proibição ilegítima ou silenciamento do debate sobre questões de gênero e sexualidade dentro do espaço escolar.

Essas questões foram impulsionadas por projetos políticos como o "Escola sem Partido", fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, cujo canal aberto denunciava os docentes que estivessem supostamente doutrinando ideologicamente os estudantes com conteúdo marxista. O projeto promovia também a educação domiciliar/*homeschooling* e as escolas militarizadas. Essa iniciativa, assim como outras do mesmo período histórico, tomava como exemplo certas conquistas adquiridas por grupos minoritários (como o sistema de cotas

raciais ou o projeto "Escola sem homofobia") e engajava-se contrariamente e de maneira sistemática para que esses direitos fossem barrados. Para tentar conter esses avanços, esses grupos, geralmente formados por conservadores, religiosos (católicos ou evangélicos) e neoliberais, vêm desde então fazendo uso do pânico moral (Miskolci, 2007) como estratégia de propagação de notícias e denúncias distorcidas ou fabricadas, quase sempre classificando os docentes como doutrinadores ou perigosos. Nesse sentido, cria-se um medo do Outro (Apple, 2003), aquele que recebe a culpa pela "destruição da moral e dos bons costumes" ou pela "ruína da educação". Como vivemos em um mundo cisheteronormativo, o Outro costuma ser aquele que busca superar essas normas ou simplesmente é um indivíduo que vive de forma dissidente desta norma, o que já é combustível para que vire a mira de ataques de grupos conservadores e neoliberais.

Para definir conceitualmente esses grupos de cariz conservador, religioso e neoliberal, faz-se uso de três autores: Wendy Brown (2019), Michael Apple (2003) e Marina Lacerda (2019). Influenciada por fontes marxistas e foucaultianas, Brown (2019, p. 15) define o neoliberalismo "como um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar keynesianos, às sociais-democracias e ao socialismo de Estado". Segundo a autora, a racionalidade neoliberal impulsionou "a demonização do social e do político por parte da governamentalidade neoliberal e [...] a valorização da moralidade tradicional e dos mercados como seus substitutos" (Brown, 2019, p. 15). A escola, dentre as instituições da sociedade, é um espaço privilegiado para entender como essa racionalidade neoliberal se articula, já que nela podemos observar essa demonização do social expressa nos ditames familiares e comunitários a respeito do que professores e professoras poderiam ou não lecionar. Essa ingerência das famílias conservadoras e religiosas afeta, do nosso ponto de vista, especialmente a disciplina de Sociologia e o exercício docente realizado por mulheres (conforme argumentaremos ao longo do texto) e se exemplifica, entre outras coisas, na defesa da educação domiciliar como solução para o pânico moral alimentado justamente por esses mesmos grupos. Aqui também observamos a valorização da moral tradicional, que faz com que várias famílias entendam que é a sua moral que deve ser ensinada na escola, independente dos valores democráticos que a escola deve exercitar.

Apple (2003), ao estudar os movimentos conservadores e neoliberais nos Estados Unidos, traz o conceito de "aliança conservadora", uma aliança feita por diversos grupos que não necessariamente concordam entre si em todas as pautas, mas que se encontram no interesse comum de manutenção do *status quo*, entendendo que sua união é fundamental para

conquistarem espaço na política e na sociedade. Não é necessário que haja uma coerência interna para esses grupos, já que seus interesses estão acima disso. Já para Lacerda (2019), o conservadorismo é uma ideologia reacionária de grupos que se veem ameaçados pela forma como as mudanças sociais vêm produzindo efeitos sobre eles, em particular sobre as transformações nos papéis de gênero e nas relações familiares. Para a autora, existe uma direita cristã, principalmente evangélica, que defende a família tradicional como salvadora dos problemas da sociedade atual. Em sua análise a respeito da atuação de políticos na Câmara dos Deputados, Lacerda (2019) mostra que o foco desses políticos está na chamada "ideologia de gênero", uma suposta doutrinação que estaria sendo feita por docentes comunistas a fim de sexualizar as crianças e recrutá-las para a esquerda. A noção de "ideologia de gênero" é uma das ferramentas mais potentes desta aliança conservadora, pois aciona o pânico moral (Miskolci, 2007) e produz desconfiança quanto ao currículo escolar e quanto aos docentes, colocando a escola pública como inimiga. Esses discursos se infiltram cada vez mais no cotidiano das pessoas, sendo possível perceber, por exemplo, que as denúncias que vêm sendo propagadas pelo Escola sem Partido ainda reverberam no cotidiano escolar na contemporaneidade. O temor de ensinar recai, principalmente, nas matérias de humanidades, como a Sociologia.

Neste contexto, percebe-se a Sociologia como um campo frutífero para entender como a onda conservadora se infiltra na educação, de modo que, nesse trabalho, o público procurado para as entrevistas foram mulheres residentes em Porto Alegre ou região metropolitana, com formação em Sociologia/Ciências Sociais e atuantes no ensino escolar de Sociologia. A escolha por professoras mulheres se dá pelo objetivo da pesquisa: entender como o gênero das docentes se relaciona com o exercício da docência e na forma com que elas são percebidas pelos estudantes, pelos colegas de trabalho, pela direção escolar e pelas famílias, já que nossa hipótese (confirmada depois a partir do trabalho investigativo) é que as professoras lidam com desafios adicionais no exercício docente motivados pela estrutura machista de nossa sociedade — como, por exemplo, menor validação do seu conhecimento pelas equipes docentes e discentes; maior vulnerabilidade à violência na escola; maior exposição sobre os temas que procuram abordar, e assim por diante. Esses serão elementos trabalhados ao longo do texto e mediados pelas narrativas de nossas interlocutoras.

Metodologia

Para entender o que as professoras produzem em seu campo de liberdade individual (Heller, 2000) e por meio de suas relações sociais, foi utilizada nesta pesquisa a entrevista individual do tipo semiestruturada a partir de um roteiro com tópicos-guia. O tópico-guia é "um conjunto de títulos de parágrafos", um lembrete de como a entrevista deve ser guiada. Porém, não ficamos reféns do tópico-guia, pois utilizamos nossa imaginação social (Bauer; Gaskell, 2008, p. 67) ao longo das entrevistas para perceber quando certos temas surgiram ou deixaram de ser interessantes.

Para ser realizada, a pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética da universidade, que também concedeu parecer favorável ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que estabelece garantias éticas às participantes e o respeito aos seus direitos. As entrevistas foram feitas seguindo o critério de conveniência da equipe de pesquisa. Ou seja, em primeiro lugar, contatos de referências foram utilizados para fazer a ligação entre a equipe e possíveis entrevistadas. Foi elaborado um convite por e-mail para um primeiro grupo de professoras de Sociologia do ensino médio com as quais já se estabeleceram contatos acadêmicos/profissionais anteriores e, através destas, foi solicitado que se replicasse o convite a outras profissionais, seguindo um formato denominado "bola de neve" (considerando os critérios de inclusão e a expressa voluntariedade em participar da pesquisa).

As entrevistas foram conduzidas por uma plataforma virtual da universidade de origem da investigação em junho de 2025, tendo por volta de 1h30 de duração cada. Quaisquer informações que pudessem identificar as entrevistadas foram omitidas e nomes diferentes foram dados para cada uma. Como forma de se familiarizar com as entrevistadas, a seguir um breve perfil de cada uma em ordem alfabética: (i) Amélia: mulher cisgênero de 36 anos, autodeclarada parda. Professora de Sociologia, História, Filosofia, Ensino Religioso e Projetos de Vida; (ii) Elizabeti: mulher cisgênero de 65 anos, autodeclarada branca. Professora de Sociologia e Ensino Religioso; (iii) Janize: mulher cisgênero de 42 anos, autodeclarada branca. Professora de História, Geografia, Sociologia e Culturas Digitais; (iv) Laís: mulher cisgênero de 38 anos, autodeclarada branca. Trabalha como instrutora de aprendizagens; (v) Núbia: mulher cisgênero de 44 anos, autodeclarada branca. Professora substituta de Sociologia[1].

O instrumento de coleta de dados foi, como dissemos, um roteiro de tópicos-guia (Bauer; Gaskell, 2008), que permitiu certa flexibilidade de acordo com as respostas das

[1] Respectivamente, as entrevistas para a pesquisa foram concedidas em 12 de junho, 25 de junho, 12 de junho, 16 de junho e 17 de junho de 2025 via plataforma virtual.

entrevistadas. As entrevistas foram gravadas por meio de aparelho celular e transcritas para análise, cuja técnica de tratamento de dados envolveu a análise temática (Braun; Clarke, 2006) e a análise relacional (Apple, 1999; Gandin, 2011).

A análise relacional serve para "situar a educação em seu contexto social e relacioná-la às múltiplas dinâmicas da sociedade" (Gandin, 2011, p. 25), de modo a considerar tanto os aspectos econômicos quanto os sociais e culturais. Na época em que Apple escrevia sobre a análise relacional, ele também estava fazendo uma crítica aos acadêmicos do seu tempo que, ao estudarem a educação, se preocupavam somente com o aspecto econômico. Aqueles que utilizam a análise relacional entendem que a questão de classe social se articula com diversas outras questões individuais e coletivas, e, por isso, é preciso levar em consideração a complexidade da vida cotidiana e dos indivíduos que estão conectados por diversas dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas. Em particular a questão de gênero, conforme Gandin (2011) aponta, já que a profissão docente passou por um processo de proletarização que também envolveu a estrutura patriarcal.

> O controle [patriarcal] do trabalho docente se dá de formas mais veladas e mais eficientes. [...] O processo de retirada da capacidade de decisão sobre o que deve ser trabalhado nas escolas somada a práticas que agregam cada vez mais elementos ao trabalho docente cotidiano são fatores de controle sobre as professoras (Gandin, 2011, p. 31).

Apple (1989 *apud* Silva, 2001, p. 47) propõe que novas perguntas sejam feitas para a educação, trazidas principalmente pelas teorias críticas: "o conhecimento de quais grupos é ensinado na escola?" (Silva, 2001, p. 17). E, indo mais ao fundo, quais conhecimentos ficam de fora e a quais grupos esses conhecimentos pertencem? Afinal, a hegemonia está continuamente sendo desafiada por esses grupos, trazendo todas as contradições e conflitos do modo de vida capitalista atual.

Já a análise temática (Braun; Clarke, 2006) traz à tona esses assuntos de forma sistematizada a partir dos elementos de interesse da equipe de pesquisa e das entrevistadas. Ela é "um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados", já que "descreve o conjunto de dados em (ricos) detalhes" (Braun; Clarke, 2006, p. 5). Primeiramente, foi necessário conhecer e se familiarizar com os dados. Para isso, as entrevistas foram transcritas e a equipe de pesquisa selecionou os trechos que mais chamavam atenção, especialmente aqueles que tratavam sobre o exercício docente. Esses trechos foram agrupados em uma tabela para a etapa seguinte, na qual buscaram-se temas a partir "de um conjunto de dados [...] para encontrar padrões repetidos de significado" (Braun; Clarke, 2006, p. 13). Cada

trecho, a partir do ponto principal de argumento de cada um, recebeu um código inicial (por exemplo, "precarização", "mercado de trabalho", "relação com os estudantes" etc.). Os códigos iniciais passaram por nova análise, dessa vez a partir de uma leitura que pudesse identificar as relações entre si e as possibilidades de exclusões ou de junções de códigos. A partir disso, três temas emergiram, dois deles sendo tratados neste artigo. Com os temas definidos, foi realizada a revisão deles, procurando observar se faziam sentido dentro de si e em relação aos outros. Por fim, se deu a escrita do trabalho, analisando os temas a partir da análise temática. Assim, os temas analisados neste trabalho, como dissemos anteriormente, são a "precarização do trabalho docente" e a "generificação na relação com temas transversais".

Resultados

Parte-se da premissa de que a precarização no sistema capitalista reflete um projeto político de sociedade. As crises fazem parte do próprio sistema econômico capitalista, que busca nesses momentos reforçar sua hegemonia. Nos anos de 1970, o neoliberalismo se desenvolveu como uma resposta do capitalismo diante de um contexto de recrudescimento das desigualdades socioeconômicas, cuja promessa de recuperação da economia requisitava o corte de gastos com políticas sociais voltadas para as populações economicamente vulneráveis. Nesse cenário, uma das formas do neoliberalismo exercer seu poder tem sido nas relações de trabalho, especialmente na precarização das condições de exercício do trabalho e nas diminuições dos direitos decorrentes do trabalho. Nos anos de 1990 e 2000, a precarização do trabalho docente se intensificou com o avanço de políticas neoliberais. Nesse período, as reformas educacionais tiveram dois principais objetivos: "a educação dirigida à formação para o trabalho e a educação orientada para a gestão ou disciplina da pobreza" (Oliveira, 2004, p. 1131). Isso ocasionou uma reestruturação no trabalho docente, sobrecarregando principalmente as professoras e professores que tiveram um aumento de exigências. Não por acaso, é nesse momento que estudos sobre desprofissionalização e proletarização surgem no debate acadêmico brasileiro.

Apple (1987), ao analisar a relação entre docência e proletarização, considera que as reformas educacionais desqualificaram o trabalho docente por meio de procedimentos de controle técnico sobre o currículo escolar. Atualmente, além do controle técnico, pode-se pensar também no controle familiar que é exercido nas escolas, independentemente do que esteja escrito nos materiais escolares, nas diretrizes nacionais e estaduais e na experiência e estudos dos docentes. Foi consenso entre as entrevistadas, por exemplo, a experiência de viverem momentos em que tiveram sua docência questionada por famílias que resistiam ao trato de

assuntos relacionados a gênero, sexualidade, raça e questões religiosas e políticas dentro da Sociologia.

A precarização do trabalho docente se entrelaça com a desqualificação do trabalho docente, levando as profissionais a precisarem sempre se justificar por estarem fazendo seu trabalho. Se a precarização atinge todas as profissões, é particularmente intensa com as docentes, tanto por trabalharem com crianças e adolescentes quanto pela importância da educação no desenvolvimento do indivíduo como cidadão. A importância da educação para o crescimento individual e coletivo, para o pensamento crítico, para os ideais de democracia e respeito às diferenças são distorcidos pela aliança conservadora, que enxerga a escola como um espaço doutrinador e ideologizante. Isso também é usado como argumento contra melhores condições de trabalho para as professoras.

O trabalho precário, de acordo com Rosenfield (2011, p. 264), é um trabalho "socialmente empobrecido, desqualificado, informal, temporário e inseguro". Diversas falas das interlocutoras mostram como a docência em Sociologia sofre um processo de desqualificação diante de contratos temporários e da insegurança empregatícia.

> Antes existia uma semelhança de direitos entre o [professor] nomeado e o contratado, eu nem consigo imaginar essa maravilha. Todo professor tinha direito a faltar "por conta" uns 10 dias ao ano, sem atestado, agora só com o atestado [...]. O salário do professor no Rio Grande do Sul está o penúltimo pior, parece que ele já foi o melhor. No período do atraso, os professores ganhavam dia 26, 27, no máximo 28. A [então Governadora do Rio Grande do Sul] atrasava, botou em dia as contas, mas à custa do quê? Atrasa o salário de um mês. Então isso influencia muito, isso é a desvalorização do professor, quem ela escolhe prejudicar: "eu vou deixar as contas em dia, mas não interessa os professores". Isso é uma opção de governo (Elizabeti).

> Então, assim, eu tenho um colega das ciências sociais que faz essa brincadeira, e eu adotei para mim: a diferença entre o professor de Sociologia e o cachorro é que do cachorro todo mundo tem pena, porque do professor de Sociologia, assim, ninguém respeita, tá? E é engraçado porque, tipo, dentro da escola tem essa diferenciação, porque tem professores de áreas técnicas que se acham superiores aos professores de ciências sociais e estimulam nos estudantes essa hierarquização das carreiras (Núbia).

Núbia era uma professora que exercia o trabalho docente por meio de contrato temporário até dezembro de 2025 e relatou que, mesmo gostando da área, não descartava sair em razão da instabilidade desse tipo de contrato e da falta de concursos públicos na área. De acordo com o portal Sul21 (2025), 62% dos professores da rede estadual do Rio Grande do Sul tiveram contratos temporários em 2025. Para a professora Mariângela Bairros, "a realidade dos contratos temporários e falta de concursos está inserida em um projeto político neoliberal que,

por sua vez, esvazia a carreira docente e efetiva o desmonte da educação pública" (Gehm, 2025, p. 1).

Além das dificuldades de manter o trabalho — seja em razão dos contratos temporários ou por medo de represálias de familiares (uma das entrevistadas, por exemplo, foi demitida após uma família reclamar de seu trabalho) —, o exercício profissional cada vez mais burocratizado acarreta dificuldade de manejar o tempo para pensar e construir as aulas. De acordo com a professora Janize, atualmente é difícil ensinar sobre metodologia científica e participar de feiras científicas com seus alunos caso ela não pegue uma *trilha de aprendizagem*.

> A gente tem tido muitas demandas de preencher planilha, de preencher tabela, de fazer planejamento X, planejamento Y, a gente tá sempre tendo coisa pra fazer extra, sabe? E aí isso nos toma o tempo, porque a gente podia estar pensando numa aula, podia estar pensando num projeto. A gente não consegue mais fazer projeto com os alunos, porque toda hora tem uma demanda nova. [...] e aí o tempo que sobra pra dar aula tá bem escasso para planejar (Janize).

As "trilhas de aprendizagem", também chamadas de "itinerários formativos", fazem parte do Novo Ensino Médio. Em tese, essa proposta daria maior flexibilidade para os estudantes escolherem suas áreas de interesse e objetivos profissionais. O que acontece, porém, é o que pode ser visto na nota técnica da Rede Escola Pública e Universidade (REPU): os estudantes do ensino médio de São Paulo perderam 35% da carga horária de ciências humanas nos últimos cinco anos (Basilio, 2025). As disciplinas mais afetadas foram Sociologia e Filosofia, que perderam 62,9% na carga horária. Isso vai ao encontro da fala de Janize sobre as trilhas de aprendizagem na relação com o ensino de Sociologia:

> [...] a Sociologia sempre foi um período, né? Mas o que acontece? A gente tem as trilhas agora. E tem muitas trilhas que dialogam com a ciência, com a Sociologia, que poderiam estar lá, sendo dado. Assim, tem trilhas de cidadania, tem trilhas de democracia, tem trilhas de sistemas que, na verdade, é uma aula de Sociologia, né. Que tu vai dar aí naquela trilha. Então, essas trilhas muito dificilmente são escolhidas porque os alunos, no Novo Ensino Médio, os alunos podem escolher as trilhas. Só que isso é uma falácia desse governo, porque as escolas não têm estrutura para deixar os alunos escolherem o que eles querem fazer. Então, acaba que quem escolhe é a direção da escola, tá? A direção faz o simulacro, eu vou dizer assim, de eleição entre os alunos. Mas quem decide mesmo quais disciplinas serão dadas no Novo Ensino Médio, quais serão aprofundadas, quais não serão aprofundadas, é a direção da escola. E tu pode ter certeza que as ciências humanas não têm preferência na maioria das escolas (Janize).

As dificuldades de lecionar Sociologia estão tanto no nível macro (Novo Ensino Médio, precarização do trabalho docente, falta de concursos etc.) quanto no nível micro (falta de infraestrutura, pouco tempo letivo, resistência de familiares e alunos etc.). Conforme já

apontado anteriormente, certos assuntos sociológicos precisam ser tratados com muita cautela pelas professoras, como forma de protegerem seu emprego e bem-estar.

> Mas, como eu te falei, os assuntos mais problemáticos que eu tenho são as questões que tocam nesses temas que são pauta da direita e da extrema direita. Vai lidar com gênero e sexualidade, vai lidar com a teoria sociológica, principalmente Marx, marxismo, vai lidar com questões assim, a discutir marxismo, comunismo, questões ligadas à religião (Núbia).

> [...] porque a nossa área, filosofia, história, enfim, a gente faz uma coisa que é muito perigosa, que é fazer as pessoas pensarem sobre o que está dado e como que, na verdade, as coisas funcionam, como a sociedade de fato funciona e o que que estão mostrando pra gente, qual que é a intenção dos governantes, o que que eles querem que a gente veja e o que que está por trás (Laís).

Parte do motivo para a cautela das professoras é a recente onda de conservadorismo que o país passa. Como Lacerda (2019) aponta, existe uma direita cristã extremamente preocupada com o que está sendo ensinado em sala de aula, de forma que busca constantemente a censura e a vigilância do trabalho docente, especialmente em relação ao debate de assuntos que fogem da norma cisheteronormativa cristã, como o ensino de religiões de matriz africana ou discussões sobre papéis de gênero e sexualidade. O medo do Outro (Apple, 2003) faz com que muitas dessas famílias tentem direcionar o que pode ou não ser estudado, sem levar em consideração as diretrizes educacionais ou a construção de uma cidadania baseada em princípios democráticos e igualitários.

> A gente enfrenta a resistência dos alunos, que também são estimulados de casa com esse avanço da perspectiva de direita e esse conservadorismo horroroso, que vem tendo desde, pelo menos, sei lá, 2016, 2017, com auge em 2018. A gente enfrenta a resistência dos pais, dos estudantes que vêm com esse aprendizado de casa e, muitas vezes, dos professores, colegas em sala de professores (Núbia).

Outras professoras também apontam essa época histórica como catalisadora das demandas conservadoras dos últimos anos. Amélia relata que, depois do período Bolsonaro, a professora e o professor eram percebidos como alguém de representação disruptiva. De acordo com a interlocutora, “até uma das escolas diz que uma pessoa como eu era um perigo pras crianças”. A demonização do trabalho docente, encabeçada principalmente pelos grupos conservadores e religiosos, mostra consequências reais no trabalho docente, como no caso de Amélia, que chegou a ser demitida da escola pelas reclamações de uma família após a professora discutir com um aluno em razão de suas falas homofóbicas.

Outra questão que afeta as maneiras e possibilidades do exercício docente dessas professoras é o fato de serem mulheres. As professoras relatam experiências que não são compartilhadas por seus colegas homens e que chegam até mesmo a ser motivo de surpresa para eles. De acordo com Núbia:

> Então, assim, a experiência de gênero, sim, em sala de aula, conversando com os professores, é muito engraçado, porque aí eu fui para o conselho, eu fui narrar situações que eu passei com essa turma e eu olhava e via os meus colegas, homens, chocados, do tipo, assim, "como fazem isso contigo?", "como assim te disseram x, y, z?", e tipo, mais de uma professora narrando problemas parecidos em relação com gênero, tá? (Núbia).

Além disso, a professora relata que a forma com que a gestão lida com as reclamações vindas das professoras é sempre diferente em comparação ao modo como as demandas dos professores são absorvidas. Para ela, suas questões com frequência são tratadas como "queixas" que não são levadas a sério, enquanto os professores costumam ser mais ouvidos e levados em consideração em relação às suas necessidades. Essa é uma análise também observada em outros estudos que tematizam o gênero. Ao observar as relações de gênero presentes no cotidiano penitenciário, Ferreira (2014) identificou que, na narrativa dos trabalhadores e gestores prisionais, o trabalho com as mulheres privadas de liberdade é sempre mais difícil já que elas costumam ser mais "queixosas" do que os homens presos, demandando mais atendimentos técnicos e exigindo maiores cuidados para situações consideradas (por parte das equipes técnicas) como superficiais ou de menor importância.

As interlocutoras também expressaram que, em geral, a opinião ou o conhecimento dos homens é tendencialmente mais valorizado e considerado superior, inclusive sobre temas como "gênero" (que, quando tratado por mulheres, não passa de algo já esperado, sem necessidade de elogios). A diferença de tratamento também traz aspectos preocupantes para a segurança das professoras. A relação com os estudantes homens pode ser tumultuada, já que eles "te tratam como se você fosse menos capaz que os outros professores", de acordo com Núbia, ou até mesmo se recusam a participar das aulas. A professora Laís teve alunos que se declararam publicamente como machistas e foram reclamar dela para a coordenação, dizendo que ela era "feminista" e "opressora de homens". Um dos alunos, no dia em que foi desligado da escola e precisou ir ao local, fez com que Laís trancasse a porta de sua sala por medo de que ele pudesse fazer algo contra ela. A insegurança advinda do gênero dessas professoras faz com que sua docência seja ainda mais precarizada. Por vezes, sem apoio da própria gestão escolar ou dos colegas homens, o cuidado com sua saúde física e mental se torna um problema individual,

como se fosse esperado dessas professoras que elas lidem com essas questões sem uma rede de apoio dentro da escola.

Apesar do clima de insegurança e censura que ronda as aulas de Sociologia, todas as professoras entrevistadas afirmaram seu compromisso de tratar sobre questões de raça, gênero, sexualidade, religião e política. Às vezes, "comendo pelas beiradas", como duas professoras mencionaram, ou de forma "sutil", para não trazer um desconforto imediato aos estudantes, essas professoras fazem o possível para que a Sociologia não seja ainda mais silenciada. Muitas relataram situações tensas com estudantes e/ou familiares, até mesmo situações em que se sentiram em risco, mas, mesmo assim, elas continuam lecionando e mencionaram ter vontade de permanecer na docência, apesar de todas as dificuldades relatadas.

Conclusões

Ao analisar a trajetória de cada entrevistada, talvez alguns pudessem nomear suas narrativas como expressão de uma "resiliência", ou seja, a capacidade de se adaptar e voltar ao estado normal após momentos difíceis. Porém, a resiliência é uma armadilha neoliberal que individualiza o problema e naturaliza a exploração/precarização do trabalhador. Se é louvável que essas professoras continuem defendendo a Sociologia, trazendo discussões fundamentais para a construção da cidadania de jovens, é necessário apontar que isso é feito em um contexto de precarização, insegurança, censura e instabilidade. Não se pode contar somente com a vontade de lecionar: é preciso um salário digno, uma carga de trabalho que permita ao professor criar, segurança nas escolas e a valorização do docente. Não são tarefas fáceis, ainda mais em tempos de onda conservadora. Mas são tarefas fundamentais pela defesa de uma educação emancipatória e por boas condições de trabalho, ainda mais num momento em que tantas pessoas estão abandonando a docência por não verem futuro nessa profissão.

> Olha, sempre que eu recebo um *feedback* de alguma transformação que a pessoa conseguiu fazer na vida dela, é bem importante. Às vezes eu digo assim: "Aí isso valeu o diploma, né?" E são questões, às vezes, de esfera privada, por exemplo, eu lembro de um [aluno], que ele era muito excluído e sofria muito preconceito dentro da igreja evangélica, porque ele era gay, né? [...] E então eu comecei a conversar com ele, fazer com que ele pensasse sobre que lugar era aquele? Por que ele frequentava aquele lugar. A forma que ele era tratado, se havia necessidade de ele compartilhar disso, sempre explicando, a questão do crime, de homofobia, que a religião tem que estar separada. Enfim, comecei a conversar com ele sobre isso. E um dia ele chegou e disse: "Ontem, eu falei pro meu pai, eu não vou mais na igreja, porque eu não posso ser tratado dessa maneira. E se vocês não me amam como eu sou, então isso também não é amor, né?" (Laís).

Por fim, a fala da professora Laís explica a a importância da docência e a potência da Sociologia como disciplina que favorece o pensamento crítico, a desnaturalização de preconceitos e o autoconhecimento.

Referências

APPLE, Michael Whitman. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. Porto: Porto Editora, 1999.

APPLE, Michael Whitman. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 60, p. 3-14, 1987. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1229. Acesso em: 20 jul. 2026.

BASILIO, Ana Luiza. Menos sociologia, filosofia e geografia: ciências humanas perdem 35% da carga horária no Ensino Médio de SP. **CartaCapital**, São Paulo, 6 fev. 2025. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/menos-sociologia-filosofia-e-geografia-ciencias-humanas-perdem-35-da-carga-horaria-no-ensino-medio-de-sp/. Acesso em: 10 jul. 2026.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, Abingdon, Reino Unido, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa. Acesso em: 5 jun. 2026.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

LIMA, Iana Gomes de; DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna; GOLBSPAN, Ricardo Boklis. A onda conservadora na política educacional brasileira e o trabalho docente: problematizando relações de classe, raça, gênero e sexualidade. *In:* ENCONTRO DA REDE ESTRADO BRASIL, 11., 2022, Recife. **Anais** [...]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2022. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/xiencontroredestradobrasil/520955-a-onda-conservadora-na-politica-educacional-brasileira-e-o-trabalho-docente--problematizando-relacoes-de-classe-. Acesso em: 24 jul. 2026.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões**: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil. Curitiba: Multideia, 2014.

GANDIN, Luís Armando. Michael Apple: a educação sob a ótica da análise relacional. *In:* REGO, Teresa Cristina (org.). **Currículo e política educacional**. São Paulo: Revista Educação; Editora Segmento, 2011. p. 23-52.

GEHM, Bettina. Com mais de 60% dos professores em contratos temporários, educação do RS enfrenta 'desmonte', avalia especialista. **Sul21**, 2025. Disponível em:

https://sul21.com.br/noticias/educacao/2025/10/com-mais-de-60-dos-professores-em-contratos-temporarios-educacao-do-rs-passa-por-desmonte-avalia-especialista/. Acesso em: 20 jul. 2026.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. DOI: 10.12957/dep.2016.25163. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25163. Acesso em: 20 jun. 2026.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007. DOI: 10.1590/S0104-83332007000100006. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644798. Acesso em: 12 jun. 2026.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/abstract/?lang=pt. Acesso em: 2 ago. 2026.

PIAIA, Danilo Mendes. A onda conservadora brasileira. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 15 abr. 2019. Resenha. Disponível em: https://www2.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/04/15/onda-conservadora-brasileira/. Acesso em: 24 jul. 2026.

ROSENFIELD, Cinara Lerrer. Trabalho decente e precarização. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 247-268, 2011. DOI: 10.1590/S0103-20702011000100012. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/article/view/12660. Acesso em: 6 ago. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Jaqueline Garske Ferreira. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Coletivo Redes. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/9012885871541412

Guilherme Gomes Ferreira. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0527376226662721

Como citar

FERREIRA, Jaqueline Garske; FERREIRA, Guilherme Gomes. Experiências docentes de professoras de sociologia: os efeitos da onda conservadora. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 19, n. 3, e79869, 2026. DOI: 10.15687/rec.v19i3.79869.